CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de se assegurar o equilíbrio fiscal, por meio da otimização e eficiência na aplicação dos recursos públicos,
RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a programação das quotas orçamentárias mensais e o cronograma de pagamento mensal das despesas do Orçamento do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, para o 3º (terceiro) Quadrimestre do exercício de 2020, na forma dos Anexos a seguir discriminados:

I. Anexo 1 - A programação das quotas orçamentárias mensais, identificadas por programa, grupo de despesa e fonte de financiamento, observado os limites dos saldos orçamentários; e

II. Anexo 2 - O cronograma de pagamento mensal das despesas à conta dos recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa, em conformidade ao art. 16, inciso IV da Lei nº 8.891 de 23 de julho de 2019 (LDO/2020).

Art. 2º - As quotas orçamentárias mensais de que trata o inciso I do artigo anterior serão disponibilizadas no Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), pelo próprio Ministério Público de Contas do Estado.

Art. 3º - No caso dos Anexos dispostos no artigo 1º necessitarem de alteração, estas serão aprovadas mediante Portaria da Procuradoria Geral deste Órgão Ministerial Especializado de Contas, devendo ocorrer no final de cada bimestre, observando:

I. a verificação da disponibilidade orçamentária para ocorrer o ajuste;

II. o encaminhamento pelo Poder Executivo de nova estimativa da Receita Estadual para o presente quadrimestre.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 26 de agosto de 2020

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO 1 - PORTARIA Nº 215/MPC/PA de 26/08/2020

Programação das Quotas Orçamentárias Mensais - 3º Quadrimestre 2020 (Art. 42 da Lei 8.891/2019 - LDO) Em R\$ 1,00

UNIDADE/PROGRAMA/GRUPO DE DESPESA	FONTE	VALOR				
		Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
37101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ						
1493 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA NO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO						
- Pessoal e Encargos Sociais	0101	1.700.000,00	1.700.000,00	1.981.732,00	1.700.000,00	7.081.732,00
- Pessoal e Encargos Sociais	0112	-	-	200.000,00	-	200.000,00
- Outras Despesas Correntes	0101	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	1.400.000,00
	0112	-	-	-	-	-
- Investimentos	0101	-	-	-	-	-
	0112	-	300.000,00	-	-	300.000,00
TOTAL		2.050.000,00	2.350.000,00	2.531.732,00	2.050.000,00	8.981.732,00

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO 2 - PORTARIA Nº 215/2020/MPC/PA, de 26/08/2020

Cronograma de Pagamento Mensal das Despesas - 3º Quadrimestre 2020 (Art. 42 da Lei 8.891/2019 - LDO) Em R\$ 1,00

UNIDADE/GRUPO DE DESPESA/FONTE	VALOR				
	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
37101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ					
PESSOAL					
- Recursos do Tesouro	3.109.206,00	2.754.806,00	3.189.501,00	3.409.981,00	12.463.494,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
- Recursos do Tesouro	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	1.400.000,00
INVESTIMENTOS					
- Recursos do Tesouro	-	300.000,00	-	-	300.000,00
TOTAL	3.459.206,00	3.404.806,00	3.539.501,00	3.759.981,00	14.163.494,00

Protocolo: 575084

CEL PM LUIZ ROBERTO LOBATO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 25/5/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 26 de agosto de 2020.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

ATO N.º 112/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o n.º 14809/2020, em 3/7/2020;

CONSIDERANDO a relocação do servidor Claudio Yves da Silva Cordeiro da Promotoria de Justiça de Chaves para a Promotoria de Justiça Capitão Poço, por meio do Gedoc nº 112948/2020;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, BRENO SANTOS DE PAULA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 1º/9/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 26 de agosto de 2020.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

ATO N.º 113/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o n.º 15935/2020, em 24/7/2020;

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Adriano Eduardo Jose Lopes Monteiro, do cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª entrância, por meio do ATO Nº 147/2018, datado de 3/8/2018, publicado no D.O.E em 14/8/2018;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ANA PAULA REIS MIRANDA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 1º/9/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 26 de agosto de 2020.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

ATO N.º 114/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o n.º 14754/2020, em 3/7/2020;

CONSIDERANDO a relocação da servidora Suelen Rodrigues Cavalheiro da Promotoria de Justiça de Limoeiro do Ajuru para a Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará, por meio do Gedoc nº 113320/2020;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, THAMIRES SFAIR ALVARES BARBOSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 1º/9/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 26 de agosto de 2020.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

ATO N.º 115/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos do e-mail enviado pela Procuradoria-Geral de Justiça, ao Departamento de Recursos Humanos, em 25/8/2020;

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Fernando Alves do Nascimento Junior, do cargo de Assessor Especializado, por meio do ATO Nº 73/2020, datado de 14/7/2018, publicado no D.O.E em 23/7/2018;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ERICA WISNIEWSKI DIAS XERFAN para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado, MP.CPCE-102.4, a partir de 1º/9/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 26 de agosto de 2020.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 574982

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ**

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ATO Nº 111/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o n.º 13787/2020, em 10/6/2020,

CONSIDERANDO a nomeação do TEN CEL PM Servio Tulio Gonçalves Estacio, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar II (Subchefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM II, por meio do Ato nº 82/2020, datado de 17/7/2020, publicado no D.O.E em 27/7/2020;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, o TEN